

# Cambuci S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

---

### 1 Contexto operacional

A Cambuci S.A. (designada neste relatório como “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto com sede em São Paulo, capital. Está registrada na Bolsa de Valores de São Paulo – BMF&BOVESPA com o código de negociação “CAMB4”.

A Cambuci tem como objetivo social a industrialização, comercialização, importação, exportação e representação de artigos esportivos e produtos em geral destinados a prática de esportes e atividades recreativas, fios, tecidos, armarinhos, artigos de vestuário, bolsas, chapéus, calçados e acessórios de qualquer espécie, assim como a prestação de serviços de beneficiamento, marcação, estamparia, colagem, tinturaria e bordados, por conta própria ou terceiros, consultoria e assessoria administrativa, além da participação em outras sociedades como sócia ou acionista.

A Companhia possui plantas industriais nas cidades de Itabuna e Itajuípe, ambas no Estado da Bahia, em Bayeux no Estado da Paraíba.

A Companhia mantém atividades comerciais no exterior através de suas controladas na Espanha, Argentina, Chile e no Paraguai uma unidade industrial.

### 2 Sumário das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

#### 2.1 Declaração de conformidade e base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

- (i) **Base de mensuração** - As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas, quando requerido, para refletir o valor justo de ativos e passivos.
- (ii) **Uso de estimativas e julgamentos** - A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior grau de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas estão divulgadas na Nota 3.
- (iii) **Aprovação das Demonstrações Financeiras** - A aprovação e autorização para emissão dessas demonstrações financeiras foi concedida pelo Conselho de Administração em 21 de março de 2013.

#### a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e que são efetivas para as demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2012.

## **Cambuci S.A.**

### **Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

---

A companhia não adquiriu nenhuma empresa ou negócio nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, bem como não há ativos não circulantes mantidos para a venda ou operações descontinuadas.

#### **b) Demonstrações financeiras individuais**

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei das Sociedades por Ações e das Normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários CVM.

As demonstrações financeiras individuais, denominada “Controladora”, estão sendo publicadas juntamente com as demonstrações financeiras consolidadas e não apresentam diferença entre o patrimônio líquido e resultado consolidados.

As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS apenas na avaliação dos investimentos em controladas que são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que pelo IFRS seriam avaliadas pelo custo ou pelo valor justo.

#### **2.2 Reapresentações das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011**

Com o objetivo de melhorar a apresentação das demonstrações financeiras em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil, a Administração da Companhia decidiu reapresentar a demonstração da mutação do patrimônio líquido, a demonstração do fluxo de caixa e aprimorar as notas explicativas em geral. As notas explicativas foram expandidas com o objetivo de divulgar informações financeiras complementares visando o melhor entendimento por parte do leitor. Cabe ressaltar que a reapresentação das correspondentes demonstrações, não causou efeitos no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do exercício, originalmente apresentados.

As principais alterações ocorridas nas demonstrações do fluxo de caixa, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram:

(a) R\$ 5.218 (Controladora) e R\$ 5.857 (Consolidado) referentes a juros pagos - transferidas das atividades de financiamentos para as atividades operacionais;

(b) R\$ 6.205 (Controladora) e R\$ 10.046 (Consolidado) referentes a adições ao imobilizado e ao intangível – transferidos das atividades operacionais para atividades de investimentos;

(c) R\$ 477 (Controladora) e R\$ 3.618 (Consolidado) referentes a diversas alterações realizadas para uma melhor apresentação desta demonstração.

As alterações entre os grupos de reservas ocorridas na demonstração da mutação do patrimônio líquido, da controladora e do consolidado, estão representadas no quadro abaixo, nas quais não sofreram alterações na sua totalidade.

## Cambuci S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Original			Reapresentado			
	Reserva de capital	Reserva de lucros	Total das reservas	Reserva de capital	Incentivos fiscais	Reserva de lucros a realizar	Reserva legal
Em 31 de dezembro de 2010	75.367		75.367	75.367			
Constituição de Reservas	23.703	4.790	28.493		23.367	4.790	336
Realização de reservas	(96.445)		(96.445)	(75.367)	(21.078)		
Em 31 de dezembro de 2011	2.625	4.790	7.415	-	2.289	4.790	336

## 2.3 Base de consolidação

As demonstrações financeiras das controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as mesmas práticas contábeis da Controladora.

O processo de consolidação previsto nos pronunciamentos CPC 36 e IAS 27 corresponde à soma das contas patrimoniais e de resultado, complementado com as seguintes eliminações:

- As participações da Controladora no patrimônio líquido das controladas;
- Saldos de contas patrimoniais mantidos entre as empresas;
- Receitas e despesas decorrentes de operações comerciais e financeiras realizadas entre as empresas; e
- As parcelas do resultado do exercício e do ativo correspondentes aos ganhos e as perdas não realizados nas operações entre as empresas.

As demonstrações consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Controladora e das seguintes controladas, em 31 de dezembro de 2012:

	Sede (País)	Participação no capital total - %	
		2012	2011
<b>Controladas Diretas</b>			
Cambuci Importadora Ltda	Brasil	99,99	99,99
Era Sports Ltda	Brasil	99,99	99,99
Impar Paraguay S/A	Paraguay	96,70	96,70
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda	Brasil	98,00	98,00
Latinline S/A	Uruguai	100,00	100,00
Penalty Argentina S/A	Argentina	95,00	95,00
Penalty Chile S/A	Chile	76,00	76,00
Penalty Ibéria S.L	Espanha	100,00	100,00

## 2.4 Apresentação de informações por segmentos

A informação do segmento operacional da Companhia é elaborada e apresentada de modo consistente com o relatório interno fornecido para o Diretor Presidente, que é o principal tomador de decisões operacional e responsável pela alocação

## **Cambuci S.A.**

### **Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

---

de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento. Nota 30.

## **2.5 Conversão de moeda estrangeira**

### **(a) Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real, definida de acordo com o CPC 02 (R2) e IAS 21.

### **(b) Transações e saldos**

As transações e os saldos em moedas estrangeiras são convertidos para a moeda funcional utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou do encerramento do exercício, conforme aplicável. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

As variações cambiais sobre ativos e passivos financeiros são classificadas como “receitas financeiras” e “despesas financeiras”, respectivamente.

### **(c) Controladas**

As controladas possuem moeda funcional diferente da moeda da Controladora, a saber:

- (i) Penalty Argentina, sediadas na Cidade de Buenos Aires na Argentina, cuja moeda funcional é o Peso Argentino;
- (ii) Penalty Chile, sediada na Cidade de Santiago no Chile, cuja moeda funcional é o Peso Chileno;
- (iii) Penalty Ibéria, sediada na Espanha, cuja moeda funcional é o Euro; e
- (iv) Impar Paraguay, sediada na Cidade de Hernandarias no Paraguai, cuja moeda funcional é o Guaraní.

As demonstrações financeiras destas controladas são convertidas para reais com base nas seguintes regras:

- Os ativos e passivos são convertidos com base na taxa de câmbio de fechamento do final de cada exercício;
- O patrimônio líquido é convertido pela taxa histórica, ou seja, a taxa de câmbio vigente na data de cada transação; e
- As demonstrações do resultado são convertidas com base na taxa média mensal de câmbio em vigor nas datas das demonstrações financeiras.

Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta “outros resultados abrangentes”.

## **2.6 Caixa e equivalentes de caixa**

## Cambuci S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

---

Incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários à vista. Esses ativos são conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

## 2.7 Aplicações financeiras

Compreende o investimento financeiro com prazos de resgate superiores a 90 dias da data da aplicação, considerados pela Administração da Companhia como não sendo de liquidez imediata. São registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

## 2.8 Ativos financeiros

### 2.8.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, conforme as categorias abaixo relacionadas. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos /constituídos.

- (a) **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado** - Os ativos financeiros são classificados nessa categoria quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Tem o objetivo de serem negociados ativa e frequentemente no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.
- (b) **Empréstimos e recebíveis** - são ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis e não cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses contados da data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os saldos de contratos de mútuo e de conta corrente com empresas ligadas, contas a receber de clientes (Nota 7), demais contas a receber (Nota 12), caixa e equivalentes de caixa (Nota 5) e aplicações financeiras (Nota 6).
- (c) **Ativos mantidos até o vencimento** - são ativos financeiros adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento.
- (d) **Ativos financeiros disponíveis para venda** - são ativos financeiros não derivativos que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. A Companhia não tem ativos financeiros classificados nessa categoria.

### 2.8.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, quando a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação, quando adquiridos pela Companhia, são, permanentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os ganhos ou as perdas decorrentes das variações no valor justo de ativos financeiros mantidos para negociação, quando adquiridos pela Companhia, são apropriados no “resultado financeiro” do período em que ocorrem.

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, quando adquiridos pela Companhia, são reconhecidos na demonstração do resultado como receitas financeiras.

## **Cambuci S.A.**

### **Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

---

As variações no valor justo de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, quando adquiridos pela Companhia, são reconhecidas no patrimônio líquido, líquida de impostos, como “outros resultados abrangentes”. Quando os títulos são vendidos ou sofrem perda por redução ao valor recuperável (“*impairment*”), os ajustes acumulados do valor justo são transferidos para o resultado do exercício como receita ou despesa financeira.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Tais ativos são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida do “resultado financeiro”.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham sido recebidos ou transferidos e, neste caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade dos respectivos ativos.

Os custos de transação ligados aos ativos financeiros mantidos para negociação, quando adquiridos pela Companhia, são debitados à demonstração do resultado. Para os demais ativos financeiros, os custos de transação, quando materiais, são acrescidos ao respectivo valor justo.

#### **2.8.3 Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há o direito legal de compensar os valores reconhecidos e a intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### **2.8.4 Avaliação da recuperabilidade de ativos financeiros (*impairment*)**

A Companhia avalia no final de cada exercício, com base no histórico de perdas, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro, classificado como empréstimos e recebíveis, mantido até o vencimento ou como disponível para venda, está deteriorado. Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de perda por *impairment* incluem:

- i) dificuldade financeira significativa do emitente ou devedor;
- ii) quebra de contrato, tal como o descumprimento ou atraso nos pagamentos de juros ou de capital;
- iii) alta probabilidade de que o devedor entre em processo de falência, concordata ou reorganização financeira; ou
- iv) desaparecimento de um mercado ativo para um ativo financeiro devido a dificuldades financeiras.

#### **(a) Ativos mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis**

As perdas são registradas quando há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e se o evento de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros que pode ser confiavelmente mensurado.

A quantia da perda é determinada pela diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados pela taxa efetiva original do ativo. Essa metodologia não se aplica para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

## **Cambuci S.A.**

### **Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

---

A metodologia utilizada pela Companhia para o reconhecimento de provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*) baseia-se na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a garantia real para os débitos e é composta pela somatória de (i) 50% do montante dos títulos vencidos há mais de 120 dias; (ii) 95% do montante dos títulos em cobrança judicial; (iii) 5% de todos os títulos derivados de renegociação com clientes e com prazo de recebimento superior a 24 meses. A Administração da Companhia considera essa metodologia suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. Os títulos a receber com as empresas ligadas não estão considerados neste cálculo.

#### **(b) Ativos classificados como disponíveis para venda**

No momento a Cambuci não mantém operações classificadas nessa categoria, entretanto, se tivéssemos alguma operação e se houvesse qualquer evidência de perda para os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, o valor justo acumulado reconhecido no patrimônio líquido é transferido de “outros resultados abrangentes” para o resultado do exercício. Adicionalmente, se em um período subsequente, o valor da perda diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após a perda ser reconhecida, a mesma é revertida.

#### **2.9 Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e são deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*). O prazo médio de recebimento da Companhia é de 71 dias, razão pela qual o valor dos títulos a receber corresponde ao seu valor justo na data da venda. As contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das Demonstrações Financeiras.

#### **2.10 Estoques**

Os estoques são demonstrados pelo custo médio das compras ou de produção ou pelo seu valor realizável líquido, dos dois o menor. A Companhia custeia seus estoques pelo método de absorção, utilizando a média móvel ponderada. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios da Companhia, menos os tributos incidentes. As provisões para perda no valor recuperável para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Companhia. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

#### **2.11 Contratos de arrendamentos (*leasing*)**

Os contratos de arrendamento são classificados como *leasing* financeiros sempre que os termos do *leasing* transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para a Companhia e suas controladas.

Os *leasing* financeiros são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do *leasing* financeiro é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros a apropriar, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa efetiva de juros constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo circulante e no não circulante de acordo com o prazo do *leasing*. O bem do imobilizado adquirido por meio de *leasing* financeiro é depreciado durante a vida útil-econômica do ativo, conforme as taxas mencionadas na Nota 14.

## **Cambuci S.A.**

### **Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

---

A Companhia não possui arrendamento mercantil operacional.

#### **2.12 Participações em sociedades controladas**

Controladas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem o poder de governar suas políticas financeiras e operacionais, de forma a obter benefícios de suas atividades (controle), o que em geral consiste na capacidade de exercer a maioria dos direitos de voto. Os investimentos em sociedades controladas são contabilizados, nas demonstrações financeiras da Controladora, pelo método de equivalência patrimonial. Esses investimentos são integralmente consolidados enquanto a Companhia detiver o seu controle.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia verifica, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável.

A Companhia adota como prática, nas demonstrações financeiras da Controladora, constituir provisão para perda em controladas em valor correspondente ao patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) dessas sociedades. Essa provisão é classificada no passivo não circulante, em contrapartida da conta “resultado de equivalência patrimonial”.

#### **2.13 Outros investimentos**

Os demais investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

#### **2.14 Ativo imobilizado**

O imobilizado é demonstrado pelo custo líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange: o preço de aquisição, os encargos financeiros incorridos em financiamentos durante a fase de construção, quando aplicável, e todos os demais custos (fretes, impostos não recuperáveis, etc.) diretamente relacionados para colocar o ativo em condições de uso.

Conforme mencionado na Nota 2.11 acima, os bens destinados à manutenção das atividades da Companhia, decorrentes de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados inicialmente pelo valor justo, ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do contrato e são depreciados linearmente pela vida útil remanescente ou pelo prazo do contrato, dos dois o que for menor.

Os encargos financeiros, quando aplicável, são capitalizados sobre o saldo dos projetos em andamento utilizando (i) a taxa média de captação de todos os financiamentos; e (ii) a parte da variação cambial que corresponder à eventual diferença entre a taxa média dos financiamentos no mercado interno e a taxa referida no item (i).

Os gastos com o consumo dos pequenos materiais de manutenção e os correspondentes serviços de terceiros são registrados, quando incorridos, como custo de produção.

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear. As taxas médias de depreciação e amortização utilizadas, determinadas com base na vida útil dos bens, estão apresentadas na Nota 3.1.



## **Cambuci S.A.**

### **Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

---

A vida útil é revisada anualmente pela Companhia. A análise efetuada em 31 de dezembro de 2012 indicou a necessidade de mudança, na vida útil das máquinas e equipamentos das unidades fabris, em relação à praticada em 2011.

Os efeitos de depreciação decorrentes desta revisão periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, conforme requeridos pela interpretação técnica ICPC 10, foram registrados prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2012 e estão apresentados na Nota 14 (e).

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado no grupo de contas “Outras receitas (despesas) líquidas”.

Projetos em andamento não são depreciados. A depreciação se inicia quando os bens estão disponíveis para uso.

#### **2.15 Ativo intangível**

Os grupos de contas que compõe o ativo intangível são os seguintes:

##### **(a) Marcas e patentes**

As marcas e patentes são registradas pelo custo de aquisição e/ou pelo valor justo e demais custos diretamente atribuíveis, menos a amortização acumulada e a provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. As marcas e patentes têm vida útil definida e são amortizadas pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos ou pelo prazo do contrato de aquisição.

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são contabilizados no resultado, quando incorridos.

##### **(b) Softwares**

São registrados pelo custo líquido da amortização acumulada e a provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange o preço de aquisição e/ou os gastos de sistemas de gestão empresarial e todos os demais custos diretamente relacionados para colocar o software em condições de uso. Os softwares possuem vida útil definida são amortizados pelo método linear com base na sua vida útil estimada ou pelo prazo do contrato de aquisição. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

##### **(c) Ponto comercial**

Os intangíveis de vida útil indefinida referem-se a direito de uso de lojas que correspondem aos dispêndios efetuados pela Companhia para o uso de lojas em pontos comerciais locados.

#### **2.16 Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros**

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de indicativos de *impairment* sempre que eventos ou circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

## **Cambuci S.A.**

### **Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

---

Uma perda por *impairment* é reconhecida quando valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual é representado pelo maior valor entre (i) o valor justo do ativo menos seus custos de venda; e (ii) o seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado. O valor em uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros.

Para fins de teste de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis, que podem ser a unidade geradora de caixas “UGC’s” ou segmentos operacionais. A Companhia utiliza a sua única UGC para realizar esse teste.

Se o montante recuperável de um ativo ou de uma UGC calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo ou da UGC é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia não identificou nenhum item que requeira provisão por redução ao valor recuperável.

#### **2.17 Contas a pagar a fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são registradas pelo valor faturado. Quando aplicável, são registradas a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

A Companhia calcula o ajuste a valor presente (“AVP”) para as compras com prazo superior a 180 dias e, se existente, contabiliza como despesa financeira.

#### **2.18 Empréstimos e financiamentos**

Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo e em alguns casos, líquidos dos custos de transação incorridos na estruturação da operação. Subsequentemente são apresentados acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido.

#### **2.19 Provisões**

Provisões são reconhecidas no balanço quando (i) a Companhia possui obrigação legal, contratual ou constituída como resultado de um evento passado; (ii) é provável que uma saída de recurso econômico seja requerida para saldar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado em base confiável.

As provisões para contingências tributárias, trabalhistas e outras são constituídas com base na expectativa da Administração de perda provável nos respectivos processos em andamento, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos da Companhia (Nota 21).

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

#### **2.20 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos**

##### **(i) Correntes**

## **Cambuci S.A.**

### **Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

---

O Imposto de Renda (“IR”) e Contribuição Social (“CSL”) do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

#### **(ii) Diferidos**

Os créditos fiscais diferidos referentes ao IR e a CSL, não foram reconhecidos em função da Companhia não atender todos os requisitos contemplados no Pronunciamento Técnico CPC nº 32, aprovado pela deliberação CVM 599/09.

### **2.21 Ativos e passivos contingentes e depósitos judiciais**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e depósitos judiciais são efetuados de acordo com o CPC 25 e IAS 37 da seguinte forma:

- (i) ativos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos, julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.
- (ii) passivos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos, julgar que a probabilidade de perda é provável. Nos casos do não reconhecimento, a Companhia divulga os principais processos de perda possível na Nota 22.
- (iii) depósitos judiciais – são mantidos no ativo não circulante sem a dedução das correspondentes provisões para contingências ou obrigações legais, a menos que tal depósito seja legalmente compensável contra o passivo e a Companhia pretenda compensar tais valores.

### **2.22 Reconhecimento da receita de vendas**

As receitas de vendas representam o valor justo do montante recebido ou a receber pela venda de produtos e serviços durante o curso normal das atividades da Companhia. As receitas são apresentadas líquidas de impostos, devoluções, INSS e bonificações de clientes.

As receitas provenientes de vendas de produtos são reconhecidas quando (i) o montante das vendas puder ser mensurado de forma confiável e a Companhia não mantiver controle sobre os produtos vendidos; (ii) for provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia; e (iii) todos os títulos legais, riscos e benefícios da propriedade dos produtos forem integralmente transferidos ao comprador.

O direito legal, assim como os riscos e benefícios, é substancialmente transferido para o cliente, quando uma das modalidade dos termos de entrega for contratado:

- (i) para contratos em que a Companhia é responsável pelo frete e seguro, o direito legal, bem como os riscos e benefícios, são transferidos ao cliente no momento em que a mercadoria é entregue no destino combinado contratualmente;
- (ii) para contratos em que o frete e o seguro são de responsabilidade do cliente, os riscos e benefícios são transferidos no momento em que os produtos são entregues à transportadora do cliente.

### **2.23 Distribuição de dividendos**

## **Cambuci S.A.**

### **Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

---

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base na legislação societária brasileira e no Estatuto Social da Companhia.

O valor que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório (25%) é registrado como passivo na rubrica “dividendos a pagar” por ser considerado como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia. Caso a parcela dos dividendos seja superior ao dividendo mínimo obrigatório não é registrada como passivo, mas apresentada na rubrica “dividendo adicional proposto”, no patrimônio líquido.

#### **2.24 Demonstrações dos fluxos de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n°. 641/10, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 aprovado pela deliberação CVM 604/09 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC / IASB. Conforme comentado na Nota 2.2, essa demonstração foi reapresentada com fins de melhorar o entendimento e a leitura do usuário dessas demonstrações financeiras.

#### **2.25 Demonstração do valor adicionado (“DVA”)**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas previstas IFRS.

#### **2.26 Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor**

Diversos pronunciamentos contábeis foram emitidos pelo IASB com aplicação a partir de 2013 e 2014. Demonstramos a seguir, as correspondentes normas e interpretações e nossos comentários acerca dos reflexos nas demonstrações financeiras da Companhia:

- **IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras – Apresentação**

**de Itens de Outros Resultados Abrangentes** – A alteração desta norma aborda aspectos relacionados à divulgação de itens de outros resultados abrangentes e cria a necessidade de separar os itens que não serão reclassificados futuramente para o resultado e itens que podem ser reclassificados futuramente para o resultado. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras.

- **IAS 19 - Benefícios aos Empregados** – A alteração desta norma aborda aspectos relacionados à contabilização e divulgação de benefícios a empregados. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras, visto que a Companhia não possui benefícios pós-emprego.

- **IAS 27 - Demonstrações Financeiras Separadas** - Restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto, e associadas em demonstrações financeiras em separado. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras, visto que não divulga demonstrações financeiras separadas.

- **IAS 28 - Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures** - Descreve a aplicação do método de equivalência patrimonial para investimentos em joint ventures, além do investimento em associadas. A administração não

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

---

espera impactos às demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto, uma vez que não possui investimento compartilhado.

• **IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Divulgações – Compensações de Ativos e Passivos** – Traz esclarecimentos adicionais à orientação de aplicação contida no IAS 32, sobre as exigências para compensar ativos financeiros e passivos financeiros no balanço patrimonial. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras.

• **IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros** – Altera as divulgações exigidas para incluir informações de acordos de compensação de ativos e passivos financeiros. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras.

• **IFRS 9 - Instrumentos Financeiros** – Utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo. A nova abordagem baseia-se na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras.

• **IFRS 10, 11 e 12 - Orientações durante a Transição** – A alteração desta norma traz exceções adicionais durante a transição aos IFRS 10, 11 e 12, limitando a exigência de informações comparativas apenas para período comparativo precedente. No caso de entidades estruturadas não consolidadas, elimina a obrigação de apresentar informações comparativas de períodos anteriores à adoção inicial do IFRS 12.

• **IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas** – Trata-se de uma nova definição de controle, que é usada para determinar quais as entidades que são consolidadas e descreve os procedimentos de consolidação. Esta norma não altera a forma de consolidação, mas introduz uma nova definição de controle e, conseqüentemente, quais investimentos devem ser consolidados dependendo de novos critérios de avaliação. Com base nas avaliações preliminares a administração não espera impactos relevantes.

• **IFRS 11 - Investimentos compartilhados (“joint arrangements”)** - Descreve a contabilização de investimentos com controle comum; a consolidação proporcional não é permitida para empreendimentos compartilhados (“joint ventures”). Atualmente, as IFRS permitem a consolidação proporcional - linha a linha - de *joint ventures* ou seu registro pelo método de equivalência patrimonial. A consolidação proporcional não será mais permitida com a adoção da referida norma. A administração não espera impactos às demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto, uma vez que não possui investimento compartilhado.

• **IFRS 12 - Divulgações de investimentos em outras entidades** – Introduz novos requisitos de divulgação relativos a investimentos em subsidiárias, *joint-ventures*, associadas e "entidades estruturadas". Esta norma não impactará o registro ou mensuração dos investimentos, uma vez que não possui operações enquadradas nesta situação.

• **IFRS 13 - Mensuração do valor justo** – Determina novas orientações sobre como mensurar o valor justo. Esse normativo não altera os atuais requerimentos de mensuração a valor justo presentes nas IFRS, mas introduz novos requerimentos de divulgação, orientações na forma de mensurar os ativos e passivos a valor justo quando permitidos ou requeridos pelas atuais IFRS. A administração irá avaliar o impacto desta nova IFRS em suas políticas e procedimentos de mensuração e divulgação de valor justo.

## **Cambuci S.A.**

### **Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

---

3

## **Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas**

### **Estimativas e julgamentos críticos**

Estimativas e julgamentos críticos são aquelas que requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas estão incluídas a seguir:

Na elaboração das Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidada é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação dessas Demonstrações Financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidada incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado (Nota 2.14), provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas (Nota 21), determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares (Nota 19). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

3.1

### **Vida útil de ativos**

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos com base na estimativa da vida útil dos bens elaborada pelos técnicos da Companhia considerando a experiência desses profissionais na gestão operacional das fábricas. As vidas úteis estabelecidas inicialmente são revisitadas ao final de cada exercício pelos técnicos da Companhia para verificar a necessidade de alteração das mesmas.

Os principais fatores que são levados em conta na definição da vida útil dos bens que compõem o parque fabril da Companhia são as condições operacionais das máquinas e equipamentos, o tempo hora de operação, a qualidade da manutenção preventiva e corretiva e as perspectivas de desatualização tecnológica dos bens.

A Administração da Companhia também decidiu que (i) a depreciação deve cobrir o total dos bens tendo em vista que os equipamentos e instalações, quando retirados de operação, são vendidos por valores absolutamente imateriais; e (ii) os terrenos não são depreciados porque apresentam vida útil indefinida.

3.2

### **Provisões e passivos contingentes**

A Administração da Cambuci, apoiada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica os processos judiciais e administrativos contra a Companhia em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

**Perda provável** – são processos onde existe maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia mantém provisão contábil que é apurada da seguinte forma:

## **Cambuci S.A.**

### **Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

---

- (i) processos trabalhistas – o valor provisionado corresponde ao valor reclamado multiplicado pelo percentual histórico da Companhia na liquidação dos processos dessa natureza;
- (ii) processos tributários – o valor provisionado corresponde a 100% do valor atualizado da causa.
- (iii) demais processos – o valor provisionado corresponde a 100% do valor da causa.

**Perda possível** – são processos onde a possibilidade de perda não é remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Em termos percentuais, a probabilidade de perda se situa entre 25% e 50%. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância (Nota 22).

**Perda remota** – são processos onde o risco de perda é pequeno. Em termos percentuais, essa probabilidade é inferior a 25%. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido.

A Administração da Companhia acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra companhia, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, conseqüentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo a Companhia, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de ter algum desembolso; e (ii) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, tais como o REFIS implementado no Brasil a nível Federal e o Programa de Parcelamento Incentivado do Governo do Estado de São Paulo - PPI, em condições favoráveis que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra atualmente provisionado ou inferior ao valor da causa.

## **Política de gestão de risco**

A Cambuci adota procedimentos de gestão de riscos de mercado e de crédito em conformidade com a política financeira. O objetivo da gestão de riscos é proteger o fluxo de caixa da Companhia e reduzir as ameaças ao financiamento do seu capital de giro operacional e de programas de investimento.

### **Risco de mercado**

A Administração da Cambuci elabora uma análise de sensibilidade e de cenários adversos possível e remoto para cada tipo de risco de mercado a que está exposta, apresentada na Nota 19.3.

As exposições a risco de mercado são constantemente monitoradas, especialmente os fatores de risco relacionados às variações cambiais e de taxas de juros, que potencialmente afetam o valor de ativos e passivos financeiros, fluxos de caixa futuros e investimentos líquidos.

Para os instrumentos financeiros que estão reconhecidos pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, determinadas operações poderiam ocorrer variações caso a Companhia e suas controladas resolvessem liquidá-los antecipadamente.

#### **(a) Exposição a riscos cambiais**

A Cambuci tem operações comerciais denominadas ou indexadas a moedas estrangeiras. A Companhia tem utilizado captações de longo prazo em moedas estrangeiras, as quais causam exposição à variação das taxas de câmbio entre o real e

## **Cambuci S.A.**

### **Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

---

a moeda estrangeira, em especial o dólar norte americano. A Cambuci administra sua exposição às taxas de câmbio através do acompanhamento da composição da dívida e das contas a receber em moeda estrangeira. A política financeira da Cambuci para gestão de riscos cambiais prevê os limites máximos e mínimos de cobertura que devem ser obedecidos, os quais são observados continuamente pela sua Administração.

#### **(b) Exposição a riscos de taxas de juros**

A Cambuci está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda estrangeira em taxas flutuantes está sujeita, principalmente, à flutuação da Libor. A dívida em moeda nacional está sujeita, principalmente, à variação da taxa de juros de longo prazo (“TJLP”), das taxas pré-fixadas em reais e da variação do certificado de depósito interbancário (“CDI diário”).

#### **4.2 Exposição a riscos de crédito**

As operações que sujeitam a Cambuci à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e contas a receber de clientes, para as quais a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira ou do cliente envolvido. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias com instituições financeiras de grande porte.

Com relação ao risco de crédito de clientes, a Cambuci tem como mecanismos de proteção a análise rigorosa para a concessão do crédito e a obtenção de garantias reais e não reais quando julgadas necessárias.

A exposição máxima ao risco de crédito dos instrumentos financeiros não derivativos na data de apresentação do relatório é o seu valor contábil deduzido de quaisquer perdas de valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de contas a receber de clientes encontra-se líquido de provisão para crédito de liquidação duvidosa. Contudo, em caso de eventual constatação de risco iminente de crédito nas contas a receber, a Administração da Companhia constitui provisão para trazê-las ao seu valor provável de realização.

#### **4.3 Riscos de liquidez**

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A previsão de fluxo de caixa da Companhia é realizada pela Diretoria de Finanças. Essa área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis a qualquer momento, para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros da Cambuci por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Esses valores são calculados a partir de fluxos de caixa não descontados e podem não ser conciliados com os valores do balanço patrimonial.



## Cambuci S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	<b>Consolidado</b>			
	<b>Até um ano (i)</b>	<b>Entre um e dois anos (i)</b>	<b>Entre dois e cinco anos (i)</b>	<b>Acima de cinco anos (i)</b>
	<b>Total</b>			
Circulante				
Fornecedores	14.005			14.005
Financiamentos	62.867	12.544		75.411
Debêntures	3.976			3.976
Não circulante				
Financiamentos	-	31.057	30.697	9.478
Debêntures	-	7.367	-	7.367
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>80.848</b>	<b>50.968</b>	<b>30.697</b>	<b>171.991</b>

(i) As faixas de vencimento apresentadas são baseadas nos contratos firmados.

## 5 Caixa e equivalentes de caixa

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa	25	275	25	275
Bancos	14.684	8.450	23.251	14.995
	<b>14.709</b>	<b>8.725</b>	<b>23.276</b>	<b>15.270</b>

As disponibilidades são representadas substancialmente por depósitos bancários sem a incidência de juros.

## 6 Aplicações financeiras

	<b>Controladora/ Consolidado</b>
	<b>2012</b>
<b>Mantidas até o vencimento</b>	
Depósitos restritos	500
Total	500
No ativo não circulante	500
	<b>500</b>

Em 31 de dezembro de 2012, os ativos mantidos até o vencimento da Companhia correspondem à aplicação financeira em CDB, classificadas no ativo não circulante.

## 7 Contas a receber de clientes

## Cambuci S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Clientes				
no Brasil	65.534	73.471	74.837	70.905
no exterior	1.436	1.976	1.436	1.976
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.816)	(2.791)	(4.816)	(2.941)
Total	62.154	72.656	71.457	69.940

A Companhia mensura regularmente efeitos de valor presente em suas contas a receber, conforme mencionado na Nota 2.9.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia tinha recebíveis oferecidos em garantia de empréstimos e financiamentos.

A composição do saldo das contas a receber de clientes, por vencimento, é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Títulos Vencidos				
Até 90 dias	6.513	10.757	6.513	10.757
De 91 a 180 dias	5.580	3.337	5.580	3.337
A partir de 180 dias	13.298	10.400	13.298	10.400
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.816)	(2.791)	(4.816)	(2.941)
Total dos títulos vencidos	20.575	21.703	20.575	21.553
Títulos a vencer	41.579	50.953	50.882	48.387
Total da carteira de clientes	62.154	72.656	71.457	69.940
% dos títulos vencidos sobre total da carteira de clientes	37,91%	32,47%	33,29%	33,61%

A movimentação do saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Saldo da provisão no início do exercício	(2.791)	(2.753)	(2.941)	(2.753)
(Provisões) do exercício	(2.083)	(1.390)	(2.083)	(1.540)
Baixa de títulos considerados incobráveis	58	1.352	208	1.352
Saldo da provisão no final do exercício	(4.816)	(2.791)	(4.816)	(2.941)

A metodologia utilizada para cálculo dessa provisão encontra-se na Nota 2.8.4 (a).

## Cambuci S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Produtos acabados	31.812	22.014	53.598	37.275
Importação em andamento	3.275	4.073	3.275	4.073
Produtos em elaboração	2.687	2.842	2.687	2.842
Matérias-primas	11.628	11.674	12.775	14.438
Matérias-primas em trânsito	1.419	3.271	1.419	3.271
Material de manutenção	2.083	2.298	2.083	2.298
	<u>52.904</u>	<u>46.172</u>	<u>75.837</u>	<u>64.197</u>

Os gastos com importações em andamento estão relacionados, principalmente, às operações de aquisição de matéria-prima da Companhia.

Os estoques estão segurados contra incêndio. Sua cobertura é determinada em função dos valores e grau de riscos envolvidos.

## Partes relacionadas

A Companhia mantém transações com partes relacionadas durante o curso normal de suas operações e atividades e considera que todas as condições estipuladas nos contratos pactuados são efetuadas em condições comerciais e financeiras, estabelecidas de comum acordo entre as partes.

Sobre os saldos a receber entre as partes relacionadas, em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, não há provisão registrada para créditos de liquidação duvidosa, devido à ausência de títulos em atraso com risco de realização.

Conforme mencionados na Nota 17 (f), tem sido prática entre as partes relacionadas conceder entre si, avais e garantias para suportar operações de empréstimos e financiamentos bancários.

	CONTROLADORA				
	Ativo		Passivo	Transação no resultado de janeiro a dezembro 2012	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Venda de	Compra de matérias-primas,
	Contas a receber clientes	Credito com partes relacionadas	Fornecedores	produtos	produtos acabados, serv.
<b>Controladas</b>					
Cambuci Importadora Ltda	-	567	-	-	-
Era Sports Ltda	-	61	-	-	-
Impar Paraguay S/A	1.561	216	4.112	1.684	13.227
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda	4.369	31.272	322	6.817	322
Penalty Argentina S/A	8.465	-	-	3.388	996
Penalty Chile S/A	1.135	606	-	395	9
Penalty Ibéria S.L.	908	919	84	1.010	323
<b>Total</b>	<u>16.438</u>	<u>33.641</u>	<u>4.518</u>	<u>13.294</u>	<u>14.877</u>

## Cambuci S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	CONTROLADORA				
	Ativo		Passivo	Transação no resultado de janeiro a dezembro 2011	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Venda de	Compra de matérias-primas,
	Contas a receber clientes	Credito com partes relacionadas	Fornecedores	produtos	produtos acabados, serv.
<b>Controladas</b>					
Cambuci Importadora Ltda	63	353	-	-	-
Era Sports Ltda	-	56	-	-	-
Impar Paraguay S/A	5.568	204	390	-	7.960
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda	4.217	15.140	-	3.536	-
Penalty Argentina S/A	7.613	-	-	5.798	1.440
Penalty Chile S/A	971	-	-	739	99
Penalty Ibéria S.L	1.475	-	-	1.314	-
<b>Total</b>	<b>19.907</b>	<b>15.753</b>	<b>390</b>	<b>11.387</b>	<b>9.499</b>

As transações de vendas realizadas com as controladas referem-se a vendas de produtos para abastecimento dos mercados onde as mesmas estão sediadas. Os prazos de vencimento variam de 60 a 180 dias e não há incidência de encargos financeiros sobre essas transações.

Os saldos com as empresas ligadas, classificados em “Partes relacionadas”, no ativo não circulante, conforme quadro acima, são referentes a conta correntes operacionais entre as companhias do grupo.

Todos os saldos e transações mantidos entre a Companhia e suas controladas foram eliminados na consolidação.

Os sócios controladores são avalistas e garantidores em determinadas operações de empréstimos e financiamentos realizadas pela Companhia.

Conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração tem competência exclusiva para decidir sobre a contratação de empréstimos em moeda nacional e estrangeira no Brasil e no exterior, em valores iguais ou superiores a 20% do capital social da Companhia vigente na ocasião, por operação, ou abaixo deste valor, se reincidentes em um único trimestre, perante um mesmo contratante.

A Lei das Sociedades por Ações (“Lei das S.A.”) proíbe diretores e conselheiros de: (i) realizar quaisquer atos de liberdade com a utilização de ativos da Companhia e em detrimento desta; (ii) intervir em quaisquer operações em que tais diretores e conselheiros tenham interesse conflitante com o da Companhia ou nas deliberações de que participarem; e (iii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal de terceiros, direta ou indireta, sem autorização concedida pelo órgão competente.

### Pessoal chave da administração

A Companhia considerou como “pessoal-chave da administração” os membros dos conselhos de administração, conselho fiscal e os integrantes da sua diretoria.

Em 31 de dezembro de 2012, o montante pago no exercício referente à remuneração de seu pessoal-chave da administração é de R\$ 263 (R\$ 226 em 31 de dezembro de 2011).

Os membros da diretoria não mantêm operação de empréstimos, adiantamentos e outras operações com a Companhia, além dos seus serviços normais.

A Companhia não possui programa de remuneração de benefícios de curto ou longo prazo a empregados ou administradores; benefícios pós-emprego; benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou de remuneração baseado em ações.

## Cambuci S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

#### 10 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
ICMS	803	378	962	378
IPI	97	348	97	348
PIS	-	-	26	67
COFINS	-	-	121	300
IVA de controladas no exterior	-	-	4.580	2.509
Outros	2	1	5	1
	<u>902</u>	<u>727</u>	<u>5.791</u>	<u>3.603</u>
No ativo circulante	902	727	5.791	3.603
Total	<u>902</u>	<u>727</u>	<u>5.791</u>	<u>3.603</u>

#### 11 Imposto de renda (“IR”) e Contribuição Social sobre o Lucro (“CSL”)

	Controladora	
	2012	2011
	Reapresentado	
<b>Lucro antes do IR e da CSL</b>	<b>(12.317)</b>	<b>6.723</b>
<b>Adições</b>	<b>6.060</b>	<b>6.482</b>
Resultado da equivalência patrimonial	1.665	5.732
Outras (adições) exclusões, líquidas	4.395	750
<b>Exclusões</b>	<b>25.039</b>	<b>25.136</b>
Efeitos tributários da adoção do Regime Tributário de Transição - RTT	2.112	1.769
Subvenção para investimento - ICMS	22.927	23.367
<b>Prejuízo fiscal e Base de Cálculo Negativa apurados</b>	<b>(31.296)</b>	<b>(11.931)</b>

Os créditos fiscais diferidos não foram contabilizados em função da Companhia não atender todos os requisitos contemplados no Pronunciamento Técnico CPC nº 32 que foi aprovado pela deliberação CVM 599/09. A Administração da Companhia mantém monitoramento de seus resultados, com vistas ao reconhecimento contábil dos referidos créditos fiscais se atingidas todas as condições previstas no citado Pronunciamento. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo do prejuízo fiscal é de R\$ 134.919 (R\$ 103.623 em 31 de dezembro 2011) e de base negativa de contribuição social é de R\$ 75.008 (R\$ 43.712 em 31 de dezembro 2011).

#### 12 Demais contas a receber – controladora e consolidado

Em 31 de dezembro de 2012, os saldos que compõem essa rubrica no ativo circulante e não circulante, correspondem substancialmente aos seguintes adiantamentos: - fornecedores; - despachantes; - viagens; - férias; - patrocínios em clubes; - entre outras contas a receber.

## Cambuci S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

## 13 Investimentos

### (a) Informações sobre os investimentos societários

Investimento da controladora	Controladora				
	Participação no capital total %	Lucro líquido (prejuízo) do exercício		Patrimônio líquido	
		2012	2011	2012	2011
Controladas					
Cambuci Importadora Ltda	99,99	2.340	(69)	(8.293)	(10.618)
Era Sports Ltda	99,99	(5)	-	(534)	(529)
Impar Paraguay S/A	96,70	724	905	3.925	3.116
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda	98,00	(986)	(4.322)	(10.774)	(9.786)
Latinline S/A	100,00	623	(88)	2.454	1.823
Penalty Argentina S/A	95,00	262	(1.196)	2.260	2.078
Penalty Chile S/A	76,00	244	57	1.854	1.389
Penalty Ibéria S.L	100,00	(4.609)	(1.291)	(2.897)	(531)

### (b) Em 31 de dezembro de 2012, a movimentação dos investimentos e da provisão para perda em investimentos, foram as seguintes:

	Saldos em 2011	Aumento do capital social	Distribuição de dividendos	Equivalência patrimonial	Ajuste de conversão	Saldos em 2012
<b>Investimentos em controladas</b>						
Impar Paraguay S/A	3.170	352	(589)	539	322	<b>3.794</b>
Latinline S/A	1.823	-	-	623	8	<b>2.454</b>
Penalty Argentina S/A	1.993	-	-	246	(80)	<b>2.159</b>
Penalty Chile S/A	1.042	-	-	174	221	<b>1.437</b>
	<b>8.028</b>	<b>352</b>	<b>(589)</b>	<b>1.582</b>	<b>471</b>	<b>9.844</b>
<b>Provisão para perdas em investimentos</b>						
Cambuci Importadora Ltda	(10.618)	-	-	2.340	(15)	<b>(8.293)</b>
Era Sports Ltda	(529)	-	-	(5)	-	<b>(534)</b>
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda	(9.592)	-	-	(966)	(2)	<b>(10.560)</b>
Penalty Ibéria S.L	(531)	1.499	-	(4.609)	744	<b>(2.897)</b>
	<b>(21.270)</b>	<b>1.499</b>	<b>-</b>	<b>(3.240)</b>	<b>727</b>	<b>(22.284)</b>

A Companhia adota como prática, conforme mencionado na Nota 2.12, constituir provisão para perda em controladas em valor correspondente ao patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) dessas sociedades. Essa provisão é classificada no passivo não circulante, na rubrica “Provisão para perda em controladas”, tendo como contrapartida a conta de “resultado de equivalência patrimonial”.

## Cambuci S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

## 14 Imobilizado

(a) A composição do ativo imobilizado está demonstrada no quadro abaixo:

	Taxa de Depreciação	Controladora					
		2012			2011		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Terreno		145	-	145	114	-	114
Edificações	4%	10.648	(5.711)	4.937	10.648	(5.260)	5.388
Maquinas e equipamentos	6,67%	49.630	(28.388)	21.242	46.630	(25.734)	20.896
Equipamentos de computação	20%	6.766	(5.573)	1.193	5.323	(5.030)	293
Instalações	10%	14.209	(6.555)	7.654	13.932	(5.603)	8.329
Móveis e utensílios	10%	4.071	(2.105)	1.966	4.048	(1.794)	2.254
Outros ativos imobilizados	10% a 20%	8.433	(1.522)	6.911	5.061	(749)	4.312
Imobilizado em andamento		121	-	121	6.592	-	6.592
Total		94.023	(49.854)	44.169	92.348	(44.170)	48.178

	Taxa de Depreciação	Consolidado					
		2012			2011		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Terreno		145	-	145	114	-	114
Edificações	4%	10.648	(5.711)	4.937	10.648	(5.260)	5.388
Maquinas e equipamentos	6,67%	54.517	(28.620)	25.897	51.473	(26.178)	25.295
Equipamentos de computação	20%	6.870	(5.869)	1.001	5.384	(5.034)	350
Instalações	10%	14.209	(6.555)	7.654	13.933	(5.603)	8.330
Móveis e utensílios	10%	4.071	(2.105)	1.966	4.048	(1.794)	2.254
Outros ativos imobilizados	10% a 20%	8.433	(1.522)	6.911	5.061	(748)	4.313
Imobilizado em andamento		121	-	121	6.592	-	6.592
Total		99.014	(50.382)	48.632	97.253	(44.617)	52.636

Conforme mencionado na Nota 2.14, um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Nos exercícios findos em 2012 e 2011, a Administração da Companhia não reconheceu perdas por redução ao valor recuperável.

(b) A movimentação do ativo imobilizado está demonstrada no quadro abaixo:

	Controladora					
	2011	Adições	Baixas	Transferências	Depreciações	2012
Terreno	114	31	-	-	-	145
Edificações	5.388	-	(48)	-	(403)	4.937
Maquinas e equipamentos	20.896	799	(465)	661	(649)	21.242
Equipamentos de computação	293	408	(2)	1.044	(550)	1.193
Instalações	8.329	276	-	-	(951)	7.654
Móveis e utensílios	2.254	22	-	-	(310)	1.966
Outros ativos imobilizados	4.312	2.132	(1.834)	5.122	(2.821)	6.911
Imobilizado em andamento	6.592	356	-	(6.827)	-	121
Total	48.178	4.024	(2.349)	-	(5.684)	44.169

## Cambuci S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	2011	Adições	Baixas	Transferências	Depreciações	Consolidado 2012
Terreno	114	31	-	-	-	145
Edificações	5.388	-	(48)	-	(403)	4.937
Máquinas e equipamentos	25.295	1.136	(465)	661	(730)	25.897
Equipamentos de computação	350	216	(59)	1.044	(550)	1.001
Instalações	8.330	276	(1)	-	(951)	7.654
Móveis e utensílios	2.254	22	-	-	(310)	1.966
Outros ativos imobilizados	4.313	2.132	(1.835)	5.122	(2.821)	6.911
Imobilizado em andamento	6.592	356	-	(6.827)	-	121
Total	52.636	4.169	(2.408)	-	(5.765)	48.632

#### (c) Bens dados em garantia e penhora

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía máquinas oferecidas como garantia para obtenção de empréstimos e financiamentos, bem como arrolados em defesa de processos judiciais. A Administração da Companhia não tem permissão de ceder esses ativos como garantia para outros empréstimos, processos judiciais ou vendê-los a outra companhia.

#### (d) Arrendamento mercantil financeiro (leasing)

A Companhia mantém no exercício de 2012, operação de arrendamento mercantil financeiro para aquisição de bens do ativo imobilizado que são garantidos pela titularidade do arrendador aos ativos arrendados, cujo valor contábil residual, em 31 de dezembro de 2012, é de R\$ 503 (2011: R\$ 310).

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo a pagar dessas operações totaliza R\$ 318 e foi classificado na rubrica “Empréstimos e Financiamentos” na Nota 17.

#### (e) Revisão da vida útil dos bens do ativo imobilizado

A Administração da Companhia efetuou análise do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, requerida pela interpretação técnica ICPC 10, com efeitos registrados a partir de 1º de janeiro de 2012. A análise foi concentrada, substancialmente, em máquinas e equipamentos. Como consequência da revisão dessa estimativa contábil, que visou realinhar o prazo da vida útil remanescente desses bens e, por consequência, ajustar a depreciação remanescente ao período de vida útil residual dos bens, o impacto foi registrado a crédito no resultado da depreciação no exercício de 2012 no montante de R\$ 2.040.

As seguintes vidas úteis são utilizadas para cálculo da depreciação:

	Vida útil dos ativos imobilizados	
	2012	2011
Edificações	25 anos	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 a 15 anos	10 anos
Equipamentos de computação	5 anos	5 anos
Instalações	10 anos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos
Outros ativos imobilizados	5 a 10 anos	5 a 10 anos



## Cambuci S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As máquinas e equipamentos industriais foram avaliados por um prazo médio de vida útil entre 12 e 15 anos, caracterizando o uso contínuo desses equipamentos. Esse prazo foi definido levando em consideração as manutenções preventivas e corretivas praticadas no decorrer da utilização do equipamento no processo produtivo, assim como, a constante substituição de peças de reposição na busca de avanço tecnológico e o aumento de produção.

#### (f) Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Cambuci revisou e não identificou a existência de indicadores que determinados ativos poderiam estar abaixo do valor recuperável. O método utilizado foi o modelo de fluxo de caixa descontado, utilizando premissas e análises de fatores internos e externos às operações da Companhia, que sinalizasse a presença de indicativos de risco de realização.

A avaliação dos ativos da Companhia é efetuada periodicamente pelo setor de engenharia do produto, o qual avalia aquisição de novas tecnologias, possíveis descartes de equipamentos, manutenção e reposição de peças sempre que necessário ou que possam representar ganho de produtividade.

O critério definido como indicativo de valor recuperável (*impairment*), pela Administração, foi o resultado de suas plantas industriais, consideradas como o menor grupo identificável de unidade geradora de caixa.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, nenhuma provisão foi registrada devido à ausência de indicativos de risco de realização.

## 15 Intangível

#### (a) Os detalhes do ativo intangível da Companhia estão demonstrados nos quadros abaixo:

		Controladora					
		2012			2011		
Taxa de Amortização		Custo	Amortizações	Líquido	Custo	Amortizações	Líquido
Marcas e patentes	10%	1.695	(1.209)	486	1.892	(1.289)	603
Direito de uso de software (i)	20%	6.423	(872)	5.551	4.843	(60)	4.783
Outros ativos intangíveis (ii)		1.160	-	1.160	207	-	207
Total		9.278	(2.081)	7.197	6.942	(1.349)	5.593

  

		Consolidado					
		2012			2011		
Taxa de Amortização		Custo	Amortizações	Líquido	Custo	Amortizações	Líquido
Marcas e patentes	10%	1.606	(1.120)	486	2.485	(1.289)	1.196
Direito de uso de software (i)	20%	6.530	(969)	5.561	4.416	(60)	4.356
Outros ativos intangíveis (ii)		1.160	-	1.160	112	-	112
Total		9.296	(2.089)	7.207	7.013	(1.349)	5.664

- (i) Refere-se aos gastos incorridos na aquisição, no desenvolvimento e na implementação de sistemas de gestão empresarial que estão sendo utilizados pela Companhia. São representados substancialmente pelos sistemas Totvs-EMS e LINX. Os gastos estão sendo amortizados linearmente de acordo com o prazo de benefício futuro estimado pela Administração da Companhia, sendo de dez anos para o sistema de gestão Totvs-EMS.

Em 31 de dezembro de 2012, devido a indicativos de que a Companhia obterá os benefícios futuros esperados por esses sistemas e projetos, nenhuma provisão para desvalorização por "*impairment*" foi constituída sobre esses saldos.

## Cambuci S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

- (ii) Os outros ativos intangíveis referem-se, substancialmente, a direito de uso de lojas que correspondem aos dispêndios efetuados pela Companhia para o uso de lojas em pontos comerciais locados, passíveis de venda.

- (b) A movimentação do ativo intangível está demonstrada no quadro abaixo:

	Controladora			
	2011	Adições	Baixas	Amortizações
Marcas e patentes	603	85	(132)	(70)
Direito de uso de software	4.783	1.584	(154)	(662)
Outros ativos intangíveis	207	1.836	(883)	-
Total	5.593	3.505	(1.169)	(732)

	Consolidado			
	2011	Adições	Baixas	Amortizações
Marcas e patentes	1.196	13	(653)	(70)
Direito de uso de software	4.356	1.882	(7)	(670)
Outros ativos intangíveis	112	1.931	(883)	-
Total	5.664	3.826	(1.543)	(740)

## 16 Demais contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2012, os valores que compõem essa rubrica correspondem, substancialmente, a comissões a pagar.

## 17 Empréstimos e financiamentos

## Cambuci S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

		Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Encargos Financeiros Médios					
<b>Em moeda corrente - R\$</b>					
Capital de giro	CDI + 0,36% a.m.	30.559	15.486	30.559	37.678
Capital de giro	Fixo 18% a.a.	-	-	12.228	
BNDES	TJLP + 3,5% a 5,5% a.a.	37.295	25.696	37.295	25.696
Desenbahia - BNDES (a)	TJLP	21.350	23.242	21.350	23.242
FINAME/FINEP	TR + 1% a.m	228	2.551	228	2.557
Barclays (c)	0%	2.297	4.992	2.297	4.992
Leasing	1,04% a 1,24%	318	-	318	-
BDMG	IPCA + 6% a.a.	3.178	2.807	3.178	2.807
		<u>95.225</u>	<u>74.774</u>	<u>107.453</u>	<u>96.972</u>
<b>Em moeda estrangeira - US\$ e Euro</b>					
Financiamento Importação	Taxa Libor + 3,5% a.a.	15.475	1.013	15.475	1.013
Capital de giro	90% da CDI (principal dolar, juros reais)	9.347	8.366	9.347	9.379
Capital de giro	Libor + 7,5% a.a.	-	-	14.368	
		<u>24.822</u>	<u>9.379</u>	<u>39.190</u>	<u>10.392</u>
		<u>120.047</u>	<u>84.153</u>	<u>146.643</u>	<u>107.364</u>
<b>Passivo circulante</b>		62.867	40.640	75.411	63.300
<b>Passivo não circulante</b>		57.180	43.513	71.232	44.064

#### (a) Desenbahia

Em 29 de dezembro de 2008 foi firmado acordo com o Desenbahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. Neste acordo ficou pactuado que a Companhia vai liquidar a dívida em 180 parcelas mensais, atualizadas pela variação da TJLP – Taxa de juros em longo prazo, contemplando um desconto de 57% nas parcelas que estão sendo pagas rigorosamente no seu vencimento.

#### (b) Detalhamento das operações de financiamentos

Em 31 de dezembro de 2012, o detalhamento das operações de financiamentos referentes à captação de recursos para capital de giro, investimentos e renegociações de dívidas estão assim demonstrados:

## Cambuci S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Instituição Financeira	Finalidade	Cambuci S/A	Consolidado			
			Penalty Ibéria	Penalty Argentina	Penalty Chile	Total
Banco del Chile	Capital de giro				529	529
Bradesco	Capital de giro		13.839			13.839
Banco Safra	Capital de giro	14				14
Bic Banco	Capital de giro	2.000				2.000
Banco do Brasil	Capital de giro	58				58
Banco Itaú	Capital de giro	9.346		12.228		21.574
Banco BBM	Capital de giro	6.554				6.554
Banco Paulista	Capital de giro	14.933				14.933
Banco Panamericano	Capital de giro	7.000				7.000
Bradesco	BNDES	2.167				2.167
Banco ABC	BNDES	10.553				10.553
Banco Daycoval	BNDES	10.315				10.315
Banco Daycoval dolar	BNDES	4.736				4.736
Banco Itaú	BNDES	9.523				9.523
Banco Santander	Finimp	2.896				2.896
Banco Votorantim	Finimp	4.710				4.710
Banco Fibra	Finimp	2.793				2.793
Bic Banco	Finimp	2.551				2.551
Banco Indusval	Finimp	2.755				2.755
Desembahia	Renegociações	21.350				21.350
BDMG	Renegociações	3.178				3.178
Barclays	Renegociações	2.297				2.297
CSI Latina Arrendamento Mercantil	Leasing	126				126
Banco Santander	Leasing	36				36
Banco Safra	Leasing	63				63
Bradesco	Leasing	93				93
		<u>120.047</u>	<u>13.839</u>	<u>12.228</u>	<u>529</u>	<u>146.643</u>

Todas as operações contam com garantias reais de bens do ativo, tais como: imóveis, máquinas e equipamentos e recebíveis.

#### (c) Operações em moeda estrangeira

- Em junho de 1999, a Companhia assinou com o Banco Barclays & Galícia (Bahamas) Limited um contrato de financiamento de pré-pagamento de exportação com valor principal de US\$ 10.000 mil, dando como garantia bens móveis e imóveis no montante de R\$ 26.812. Esta operação foi renegociada e deixou de ser indexada na moeda, sendo revisadas também as proporções das garantias, onde, uma parte foi liberada e, outra parte das garantias que já recaíam sobre os bens imóveis foi mantida, no montante equivalente ao saldo devedor. Em dezembro de 2012, o saldo remanescente a pagar era de R\$ 2.297, que será pago em 14 parcelas de R\$ 164, sem juros, sendo que o primeiro pagamento ocorrerá em 20 de março de 2013.
- Em 2012, a Companhia optou por aumentar o volume de importações e em razão disso, houve a necessidade de aumentar a utilização das linhas de FINIMP.

#### (d) Agenda de pagamentos

O montante dos financiamentos com vencimento a longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

## Cambuci S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Consolidado	
	2012	2011
2013	62.867	18.304
2014	39.852	44.064
2015	17.800	24.742
2016	8.628	2.758
2017	2.759	2.759
2018	2.644	2.644
2019	2.529	2.529
2020	2.415	2.415
2021 em diante	7.149	7.149
Total	146.643	107.364

#### (e) Encargos financeiros capitalizados

A Companhia, conforme mencionado na Nota 2.14, tem como prática capitalizar os encargos financeiros sobre o saldo dos projetos em andamento, os quais, inclui variação monetária e parte da variação cambial. Entretanto, nenhum ajuste foi realizado no decorrer dos exercícios de 2012 e 2011.

#### (f) Garantias

A Cambuci concedeu garantias para parte de seus empréstimos e financiamentos conforme mencionado nas Notas 9 e 14 (c).

#### (g) Cláusulas restritivas de contratos

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, os contratos de empréstimos e financiamentos mantidos pela Companhia e por suas controladas não continham cláusulas restritivas que estabeleçam obrigações quanto à manutenção de índices financeiros.

## 18 Debêntures (emissões públicas não conversíveis em ações)

	Encargos financeiros	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Debêntures	INPC mais juros de 8,5% a.a.	11.343	13.651	11.343	13.651
Passivo circulante		3.976	3.510	3.976	3.510
Passivo não circulante		7.367	10.141	7.367	10.141
		11.343	13.651	11.343	13.651

O montante das debêntures com vencimento de longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

## Cambuci S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Vencimentos	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
2014	3.976	3.510	3.976	3.510
2015	3.390	6.631	3.390	6.631
Total	<u>7.367</u>	<u>10.141</u>	<u>7.367</u>	<u>10.141</u>

Em AGE de julho/98 foi aprovada a emissão pública de 15.000 debêntures da Companhia, as quais foram emitidas em agosto/98 com vencimento em agosto/01, parcialmente adquiridas pelo Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos. Após o vencimento, a Companhia manteve disputa judicial com os debenturistas, a qual teve solução em outubro de 2010, mediante acordo judicial, resultando na assunção do valor acordado a ser pago em até 60 meses, corrigidas pelo INPC e acrescida de juros de 8,5% ao ano. Manteve-se como garantia de adimplência a marca "Penalty".

Em 14 de outubro de 2010, a Administração da Companhia visando colocar fim à execução e aos embargos de devedor, assim como à medida cautelar de sustação de protesto, autos nº 000.02.000156-8, e à respectiva ação ordinária declaratória, a Companhia pagará à Postalís, com a anuência expressa da Fair Corretora de Câmbio e Valores Ltda, o valor de R\$ 18.480, que passa a ser o valor devido enquanto a Companhia estiver adimplente com as obrigações ora estabelecidas, da seguinte forma:

- a) R\$ 3.113 no dia 14 de outubro de 2010;
- b) R\$ 15.077, em 60 (sessenta) parcelas iguais, mensais e sucessivas, atualizadas pela variação anual do INPC e juros de 8,5% (oito e meio por cento) ao ano;
- c) R\$ 290 relativos a ressarcimento de custas e outras despesas decorrentes de todos os litígios.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia encontra-se adimplente com a atual operação.

A Companhia não possui ações ordinárias potenciais conforme mencionado na Nota 23 (a).

## 19 Instrumentos financeiros

- 19.1** A Cambuci detinha, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os seguintes instrumentos financeiros não derivativos, segundo a definição dada pelo CPC 38 e IAS 39. Os valores justos dos instrumentos financeiros apresentados não variaram em relação aos saldos apresentados no balanço da Controladora e do Consolidado.

## Cambuci S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

			Controladora		Consolidado	
	Classificação por categoria	Nota	2012	2011	2012	2011
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>						
Caixas e bancos	Empréstimos e recebíveis	5	14.709	8.725	23.276	15.270
			14.709	8.725	23.276	15.270
<b>Aplicações financeiras</b>						
Aplicação mantida até o vencimento	Mantidos até o vencimento	6	500		500	
			500		500	
<b>Contas a receber clientes</b>	Empréstimos e recebíveis	7	62.154	72.656	71.457	69.940
			62.154	72.656	71.457	69.940
<b>Partes relacionadas</b>						
Ativos	Empréstimos e recebíveis	9	33.641	15.753	381	
			33.641	15.753	381	
<b>Fornecedores</b>	Outros passivos financeiros		15.498	16.252	14.005	15.200
			15.498	16.252	14.005	15.200
<b>Empréstimo e financiamentos</b>						
Moeda estrangeira	Outros passivos financeiros	17	24.822	9.379	39.190	10.392
Moeda Nacional	Outros passivos financeiros	17	95.225	74.774	107.453	96.972
			120.047	84.153	146.643	107.364
<b>Debêntures</b>	Outros passivos financeiros	18	11.343	13.651	11.343	13.651
			11.343	13.651	11.343	13.651
<b>Impostos Parcelados</b>						
PPI	Outros passivos financeiros	20(a)	9.915	11.971	9.915	12.081
<b>Refis</b>	Outros passivos financeiros	20(b)	21.803	21.696	24.014	22.867
			31.718	33.667	33.929	34.948

A Administração da Companhia não realizou operações envolvendo transferências de ativos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011. Nas referidas datas, a Companhia tinha recebíveis (contas a receber de clientes) oferecidos como garantia de empréstimos e financiamentos.

#### (a) Valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é estimado como o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- contas a receber de clientes, fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- o valor justo de partes relacionadas ao final de cada período é igual ao valor contábil.
- o valor justo dos financiamentos é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratual futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Cambuci em instrumentos financeiros similares.

#### (b) Hierarquia de valor justo

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia, não mantinha operações de instrumentos financeiros cujas mensurações dependeriam da hierarquia de valor justo. Entretanto, caso houvesse essas operações, a Companhia aplicaria o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial e divulgaria as mensurações dependendo do nível da hierarquia de valor justo, que são:

## Cambuci S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**Nível 1** – valor justo obtido através de preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, como, por exemplo, a bolsa de valores; e

**Nível 2** – valor justo obtido por modelos de fluxo de caixa descontado, quando o instrumento é uma compra ou venda a termo ou contrato de swap ou por modelos de avaliação de contratos de opções. Não é prática da Companhia fazer operações com derivativos conforme mencionado na Nota 19.3(a).

**Nível 3** – premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

## 19.2 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

### Contas a receber de clientes

Praticamente todos os clientes da Companhia não possuem classificação de risco concedida por agências avaliadoras. Por essa razão, a Companhia desenvolveu um sistema próprio que gera a classificação de risco para a totalidade dos títulos a receber de clientes nacionais e parte dos títulos de clientes no exterior. Em 31 de dezembro de 2012, a classificação do risco está demonstrada a seguir:

	Percentual (%)
1 Risco Baixo	76,9
2 Risco Médio	3,9
3 Risco Alto (*)	19,2

(\*) A maioria dos clientes nesta faixa está inativa e os respectivos títulos estão em fase de cobrança judicial. Os clientes desta faixa que ainda estão ativos compram da Cambuci com pagamento antecipado.

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Faturamento bruto	267.592	284.964	332.824	334.372
Indicadores de inadimplência (i)	9,49%	8,60%	7,63%	7,33%

(i) Indicador de inadimplência = total dos títulos inadimplentes em 31 de dezembro de 2012 / o total do faturamento.

## 19.3 Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência das taxas de câmbio, taxas de juros e outras variáveis. As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos a essas variáveis estão apresentadas a seguir.

Em 31 de dezembro de 2012, os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia incluem contas de depósitos bancários, contas a receber e financiamentos, que tem seus valores apresentados nos registros contábeis próximos aos de mercado.

### (a) Seleção dos riscos

Os principais riscos que mais podem afetar o valor dos instrumentos financeiros são:



## Cambuci S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

- (i) a taxa de câmbio dólar-real
- (ii) indexadores de mercado (CDI / INPC / IPCA / TJLP / TR)

Para efeito da análise de sensibilidade a riscos, a Cambuci apresenta as exposições a moedas como se fossem independentes, ou seja, sem refletir na exposição a uma taxa de câmbio os riscos de variação de outras taxas de câmbio que poderiam ser indiretamente influenciadas por ela.

Não faz parte da estratégia da Companhia e suas controladas, efetuar transações envolvendo derivativos com propósitos especulativos, assim como não adotam a prática contábil de contabilização de instrumentos financeiros de proteção *hedge*.

A Companhia ainda apresenta, em 31 de dezembro de 2012, valores referentes a financiamentos, que por estarem em processo judicial não podem ser comparados aos valores de mercado.

#### (b) Seleção dos cenários

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/08, a Cambuci inclui na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Na elaboração dos cenários adversos, a Administração da Companhia considerou apenas o impacto das variáveis sobre os instrumentos financeiros. Dado que a Cambuci administra sua exposição cambial em base líquida, efeitos adversos verificados com uma alta do dólar contra o real podem ser compensados por efeitos opostos nos resultados operacionais.

Foi considerada uma alta para a taxa de câmbio dólar-real de 25% para o cenário adverso possível e 50% para o cenário extremo, da cotação do dólar em relação ao dólar de fechamento para o exercício findo em 31 de dezembro 2012.

#### (c) Sensibilidade à taxa de câmbio dólar-real

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, à variação da taxa de câmbio dólar-real, segundo o que determina a instrução CVM 475, é apresentada na tabela abaixo com as variações do valor dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Operação	Contratos	Cenário Provável	Cenário adverso possível (a)		Cenário adverso remoto (b)	
	Valor - Reais	Taxa (média/ano)	Taxa (+25%)	Perda	Taxa (+50%)	Perda
CDI	39.905	7,2500%	9,0625%	723	10,8750%	1.447
IPCA	3.178	5,5000%	6,8750%	44	8,2500%	87
INPC	11.343	5,5000%	6,8750%	156	8,2500%	312
TJLP	58.644	5,0000%	6,2500%	733	7,5000%	1.466
TR	229	0,0000%	0,0000%	-	0,0000%	-
LIBOR	15.476	0,7525%	0,9406%	29	1,1288%	58
DÓLAR	24.822	2,0000	2,5000	12.411	3,0000	24.822

(a) O cenário adverso possível é representado por uma desvalorização do real em relação ao dólar de 25% e também um aumento nas taxas dos indexadores CDI, INPC, IPCA, TJLP e TR de 25% em relação às taxas do cenário provável.

(b) O cenário adverso remoto é representado por uma desvalorização do real em relação ao dólar de 50% e também um aumento nas taxas dos indexadores CDI, INPC, IPCA, TJLP e TR de 50% em relação às taxas do cenário provável.

## 20 Tributos a recolher

## Cambuci S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
<b>Impostos e contribuições</b>					
ICMS		-	256	11.862	8.255
PIS		14	54	14	90
COFINS		66	249	66	1.339
Outros		91	113	889	360
		171	672	12.831	10.044
<b>Tributos parcelados</b>					
REFIS - Lei 11.941/09	(a)	21.803	21.696	24.014	22.867
PPI do ICMS	(b)	9.915	11.971	9.915	12.081
		31.718	33.667	33.929	34.948
		31.889	34.339	46.760	44.992
Passivo circulante		4.897	4.753	5.847	5.014
Passivo não circulante		26.992	29.586	40.913	39.978
		31.889	34.339	46.760	44.992

#### (a) REFIS

A Companhia optou por efetuar o pedido de adesão ao Programa de Parcelamento de Débitos Federais, intitulado REFIS IV, definido pela Lei nº 11.941/09, tendo em vista as condições favoráveis deste programa. Os pedidos de adesão foram efetuados tanto para débitos que se encontravam parcelados em programas anteriores, bem como para novos débitos. A adesão incluiu parcelamento de suas contribuições previdenciárias, débitos devidos junto à Secretária da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. A adesão ao parcelamento proporcionou à Companhia parcelamento do principal em 180 meses com reduções de 60% nas multas de mora, 25% nos juros e 100% nos encargos legais.

Em 27 de junho de 2011, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional emitiu recibo de consolidação do parcelamento de dívidas incluídas no REFIS IV.

Em 31 de dezembro de 2012, não havia parcelas vencidas em que pudesse desqualificar a Companhia do referido programa.

#### (b) PPI - Programa de parcelamento Incentivado

O PPI foi um programa de parcelamento incentivado concedido pelo governo do Estado de São Paulo, através do decreto 51.960 de 04 de julho de 2007, para a liquidação de débitos fiscais relacionados ao ICMS.

O parcelamento concedeu a redução no valor dos juros e das multas punitivas e moratórias em vários percentuais de acordo com a forma de pagamento. A Companhia optou por parcelar a dívida em 180 meses, com o benefício da redução de 50% das multas punitivas e moratórias e 40% do valor atualizado dos juros incidentes sobre o imposto e a multa.

Os débitos que foram incluídos no parcelamento tinham a probabilidade de perda provável.

A atualização das parcelas foi acrescida de juros equivalentes à taxa Selic, acumulada mensalmente e calculada a partir do mês subsequente ao do recolhimento da primeira parcela, e de 1% relativamente ao mês em que o pagamento da parcela estivesse sendo efetuada.

## Cambuci S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Em 31 de dezembro de 2012, não havia parcelas vencidas em que pudesse desqualificar a Companhia do referido programa.

## 21 Provisões para contingências

Natureza	2012			Controladora 2011		
	Valor de Provisão	Depósito Judicial	Contingência Líquida	Valor de Provisão	Depósito Judicial	Contingência Líquida
Trabalhista	1.570	(1.182)	388	1.859	(1.076)	783
Tributário	1.525	(1.093)	432	1.087	(379)	708
<b>Total</b>	<b>3.095</b>	<b>(2.275)</b>	<b>820</b>	<b>2.946</b>	<b>(1.455)</b>	<b>1.491</b>

A provisão para contingência foi constituída no montante estimado para todas aquelas ações que, segundo a opinião dos assessores jurídicos externos da Companhia, estão classificadas como de perda provável.

A movimentação da provisão está assim demonstrada:

	Trabalhista	Tributário	Controladora Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.859	1.087	2.946
( + ) Complemento de provisão	990	502	1.492
( - ) Pagamento de ações	(1.279)	(64)	(1.343)
Saldo em 31 de dezembro 2012	<u>1.570</u>	<u>1.525</u>	<u>3.095</u>

A Administração da Companhia, junto aos seus assessores jurídicos externos, estima que esses recursos possam ocorrer, substancialmente, entre 2014 e 2017.

## 22 Contingências - perdas possíveis

A Companhia tem passivos contingentes relacionados com ações judiciais e administrativas decorrentes do curso normal de suas atividades, de naturezas trabalhista e tributária, envolvendo riscos de perda classificados pelos assessores jurídicos externos da Companhia como possíveis. As ações com riscos de perda classificados como prováveis são provisionadas e estão apresentadas na Nota 21.

Além dos processos mencionados na Nota 21, em 31 de dezembro de 2012, existem outros processos em andamento que totalizam R\$ 8.214 para os quais, baseada na opinião de seus assessores jurídicos externos, que julgam como possíveis as possibilidades de êxito com esses processos, entendem não ser devido qualquer valor relativo a essas notificações e, portanto, não constituiu provisões para esse fim. Os assessores jurídicos externos da Companhia não conseguem estimar o prazo de conclusão desses processos. Adicionalmente, a Administração entende não ser possível estimar o montante de desembolso para fazer face de um eventual desfecho desfavorável à Companhia.

A Companhia não espera qualquer reembolso em conexão com o resultado desses processos. Os processos mais significativos, cujos riscos foram avaliados como possível, estão sumariados a seguir:

## **Cambuci S.A.**

### **Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

---

- a) Ações cíveis, num montante de R\$ 311, com grande parte pleiteando danos morais e materiais.
- b) Ações trabalhistas, movidas por ex-funcionários e colaboradores, cujos pedidos são basicamente de pagamentos de adicionais salariais e horas extras no montante de R\$ 2.228.
- c) Autos de infração movidos pela Receita Estadual dos Estados da Bahia e Paraíba para cobrança de ICMS, proveniente da glosa de diversos créditos tributários, no montante de R\$ 5.675.

## **23 Patrimônio líquido**

### **(a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 32.340, representado por 36.960.000 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal sendo 12.420.600 ordinárias com direito a voto e 24.539.400 preferenciais sem direito a voto.

As ações da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 2011 estão totalmente subscritas e integralizadas.

A Companhia não possui ações ordinárias potenciais. Essas ações poderiam existir através de instrumento financeiro ou outro contrato que dá ao seu titular o direito a ações ordinárias.

### **(b) Reserva de capital – incentivos fiscais**

O saldo desta reserva era composto principalmente pelo benefício fiscal de subvenção de ICMS sobre os empreendimentos instalados nos Estados da Bahia e Paraíba. Com a adoção das Leis 11.638/07 e 11.941/09, a partir de 1 de janeiro de 2007, o benefício do ICMS passou a ser lançado em conta de resultado do exercício, sendo destinado à conta de reserva de lucros por proposta da Administração, referendada pela Assembleia Geral.

Ao final do exercício de 2011, a Companhia incorporou a reserva de capital ao prejuízo acumulado no valor de R\$ 75.367.

### **(c) Reserva de lucros**

#### **(i) Reserva legal**

Pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal, até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital social ou para absorver prejuízos.

Ao final do exercício de 2012, a Companhia destinou o saldo da reserva legal para absorver parte do prejuízo do exercício no montante de R\$ 336 que será referendada pela AGO/E.

#### **(ii) Reserva de incentivos fiscais**

De acordo com o Art. 195-A da Lei 6.404/76, a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções

## **Cambuci S.A.**

### **Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

---

governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório (inciso I do caput do art. 202 desta Lei).

Ao final do exercício de 2012, a Companhia destinou o saldo da reserva de incentivos fiscais para absorver parte do prejuízo do exercício no montante de R\$ 2.289 que será referendada pela AGO/E.

#### **(iii) Reserva de lucros a realizar**

Essa reserva foi constituída com base em lucro não realizado no exercício de 2011, de acordo com os incisos I e II do parágrafo 1º do artigo 197 da lei 6.404/76, que estabelece, nos anos em que os dividendos passíveis de distribuição excederem o caixa gerado pelo resultado apurado pela Companhia, a AGO pode, mediante proposta da Administração, destinar tal excesso à “reserva de lucros a realizar”. Com base na Lei 6.404/76, essa reserva deve apenas ser utilizada para (i) absorver prejuízos e (ii) pagar dividendos.

Ao final do exercício de 2011, a Companhia destinou R\$ 4.790 do saldo remanescente do resultado do exercício para essa reserva que foi referendada pela AGO/E de 30 de abril de 2012 e em 31 de dezembro de 2012, a Companhia utilizou o saldo desta reserva para absorver parte do prejuízo do exercício que será referendada pela referida Assembleia.

#### **(d) Outros resultados abrangentes**

Corresponde aos efeitos de conversão da moeda funcional para a moeda de balanço apurados sobre os investimentos societários mantidos no exterior avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

#### **(e) Dividendos propostos e destinação do resultado**

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, tem a seguinte destinação:

- (i) 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social;
- (ii) De acordo com o Estatuto Social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido remanescente do exercício, após constituições das reservas previstas em lei.

#### **(f) Destinação do resultado de 2011**

Em 30 de abril de 2012, foi aprovado em AGO/E o dividendo no montante de R\$ 1.597 (correspondente a 25% do lucro líquido do exercício ajustado para o cálculo do dividendo), para pagamento até 31 de dezembro de 2012.

Os dividendos propostos representaram R\$ 0,0432 para cada ação ordinária e preferencial, em conformidade com as disposições do Estatuto Social da Companhia.

A base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios está apresentada no quadro abaixo:

## Cambuci S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	2011
Lucro líquido do exercício dos acionistas da Companhia	6.723
Parcela destinada a reserva legal - 5%	(336)
Lucro líquido do exercício ajustado para cálculo do dividendo	6.387
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	1.597
Parcela destinada à reserva de lucros a realizar	4.790
Saldo de lucros acumulados	-

#### (g) Dividendos

O pagamento de dividendos encontra-se suspenso em razão da decisão proferida pelo juiz da 8ª Vara Execução Federal de São Paulo determinando que “*se bloqueie os dividendos a serem distribuídos para os acionistas*” da Cambuci S.A., aprovados na AGO/E de 30 de abril de 2012.

Esse bloqueio refere-se à cobrança de débitos tributários inscritos em Dívida Ativa da União, os quais estão contemplados no pedido de parcelamento simplificado instituído pela Lei 10.522/2002. Esses tributos não foram reconhecidos no referido parcelamento por um lapso da Procuradoria da Fazenda Nacional (“PFN”).

A Administração da Companhia está tomando todas as providências administrativas cabíveis junto a PFN para que o parcelamento seja reconhecido pelas respectivas autoridades fiscais, o que automaticamente implicará na suspensão da exigibilidade do débito e por consequência, o desbloqueio integral dos dividendos.

## 24 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado do exercício ajustado, atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pelo número médio ponderado dessas ações em poder dos acionistas, excluindo aquelas mantidas em tesouraria e respeitando as regras de distribuição de dividendos previstas no Estatuto Social da Companhia, conforme descrito na Nota 23(e).

O resultado diluído por ação é calculado mediante a divisão do resultado do exercício ajustado, atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pelo número médio ponderado dessas ações em poder dos acionistas, respeitando as regras de distribuição de dividendos previstas no Estatuto Social da Companhia conforme descrito na Nota 23(e).

O número médio ponderado dessas ações é calculado a partir do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação no início do período, ajustado pelo número de ações, quando aplicável, readquiridas ou emitidas durante o período multiplicado por um fator ponderador de tempo.

O cálculo da média ponderada no exercício de 2012 está demonstrado a seguir:

	Total das ações em circulação			Média ponderada		
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total média ponderada	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total média ponderada
Saldo em 31 de dezembro de 2011	12.420.600	24.539.400	36.960.000	12.420.600	24.539.400	36.960.000
Retirada de acionistas ou recompra de ações	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	12.420.600	24.539.400	36.960.000	12.420.600	24.539.400	36.960.000

## Cambuci S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33, a tabela a seguir reconcilia o resultado do exercício ajustado aos montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

	2012		2011	
	Básico	Diluído	Básico	Diluído
<b>Cálculo do lucro por ação:</b>				
Lucro Líquido (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	(12.317)	(12.317)	6.723	6.723
<b>Distribuição de dividendos atribuível para:</b>				
Ações Ordinárias			537	537
Ações Preferenciais			1.060	1.060
			<u>1.597</u>	<u>1.597</u>
<b>Reconciliação do resultado distribuível, por classe (numerador):</b>				
Ações Ordinárias	(4.139)	(4.139)	2.259	2.259
Ações Preferenciais	(8.178)	(8.178)	4.464	4.464
	<u>(12.317)</u>	<u>(12.317)</u>	<u>6.723</u>	<u>6.723</u>
<b>Média ponderada da quantidade de ações, por classe (denominador):</b>				
Ações Ordinárias	12.420.600	12.420.600	12.420.600	12.420.600
Ações Preferenciais	24.539.400	24.539.400	24.539.400	24.539.400
	<u>36.960.000</u>	<u>36.960.000</u>	<u>36.960.000</u>	<u>36.960.000</u>
<b>Resultado por ação (em R\$)</b>				
Ações Ordinárias	(0,3333)	(0,3333)	0,1819	0,1819
Ações Preferenciais	(0,3333)	(0,3333)	0,1819	0,1819

## 25 Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas apresenta a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
<b>Receitas brutas de vendas</b>				
no Brasil	260.422	272.593	268.259	276.616
no exterior	7.170	12.371	64.565	57.756
	<u>267.592</u>	<u>284.964</u>	<u>332.824</u>	<u>334.372</u>
<b>Deduções de venda</b>				
Tributos	(31.664)	(33.161)	(31.105)	(34.833)
Devoluções de vendas e outros	(14.254)	(14.741)	(27.547)	(24.011)
	<u>(45.918)</u>	<u>(47.902)</u>	<u>(58.652)</u>	<u>(58.844)</u>
<b>Receita líquida de vendas</b>	<u>221.674</u>	<u>237.062</u>	<u>274.172</u>	<u>275.528</u>

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7,00% a 18,00%
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS – Programa de Integração Social	1,65%
INSS – Contribuição para Seguridade Social (i)	1,00%

(i) Vigente a partir de 1º de dezembro de 2011 de acordo com o art. 8º da Lei nº 12.546 de 14/12/2011 que substituiu a contribuição de INSS a cargo da empresa de vinte por cento sobre o total das remunerações pagas ou creditadas aos segurados empregados, trabalhadores avulsos e contribuintes individuais que lhe prestem serviços. Até julho de 2012 a alíquota foi de 1,50%, a partir de 1º de agosto de 2012 passou a ser de 1,00% conforme a MP nº 563 de 03/04/2012 e Lei nº 12.715 de 17/09/12.

## 26 Incentivos fiscais – Subvenção para investimentos

## Cambuci S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A Companhia goza de subvenções, concedidas pelos governos estaduais em que as principais fábricas estão localizadas, as quais expiram entre 2020 e 2021. A partir de 1º de janeiro de 2008, com a promulgação da Lei nº 11.638/07, o referido benefício passou a ser reconhecido no resultado, constituindo, quando do encerramento das demonstrações financeiras, uma reserva de lucros no patrimônio líquido, conforme as disposições das novas práticas contábeis adotadas no Brasil.

O valor dessa subvenção para investimentos, registrados durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, está demonstrado no quadro abaixo:

	Nota	Controladora	
		2012	2011
Subvenção do ICMS:			
Paraíba	(a)	4.512	3.968
Bahia	(b)	18.415	19.399
		<u>22.927</u>	<u>23.367</u>

- (a) Referem-se à subvenção para investimentos no Estado da Paraíba usufruído na forma de apuração de crédito presumido de ICMS em conformidade com o decreto 17.252 de 27 de dezembro de 1994.
- (b) Referem-se à subvenção para investimento no Estado da Bahia, usufruído na forma de apuração de crédito presumido de ICMS.

As condições regularmente satisfeitas pela Companhia, no Estado da Paraíba, são as de ampliação das atividades, geração de empregos diretos e indiretos, além da manter em dia as suas obrigações perante o fisco estadual. No Estado da Bahia, as condições são a geração de empregos diretos e indiretos, além da manter em dia as suas obrigações perante o fisco estadual.

A Companhia está cumprindo rigorosamente com os acordos firmado com os referidos Governos Estaduais.

## 27 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas - consolidado

Em 31 de dezembro de 2012, os valores que compõem essa rubrica correspondem, substancialmente, a vendas de matéria-prima e resíduos, venda de bens do ativo imobilizado e créditos extemporâneo de PIS e Cofins.

## 28 Resultado financeiro



## Cambuci S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
<b>Receitas financeiras</b>				
Descontos obtidos	1.977	2.587	1.977	2.587
Variação cambial	5.630	5.001	6.958	5.001
Juros recebidos	2.291	1.265	2.291	1.265
Outras Receitas	-	10	6.129	114
	<u>9.898</u>	<u>8.863</u>	<u>17.355</u>	<u>8.967</u>
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros s/ empréstimos e financiamentos	(11.243)	(9.991)	(17.560)	(14.471)
Variação cambial	(7.858)	(6.010)	(7.921)	(6.792)
Outras despesas	(7.696)	(1.570)	(11.459)	(1.830)
	<u>(26.797)</u>	<u>(17.571)</u>	<u>(36.940)</u>	<u>(23.093)</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<u>(16.899)</u>	<u>(8.708)</u>	<u>(19.585)</u>	<u>(14.126)</u>

## Despesas por natureza

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando a classificação das despesas com base na sua função. As informações das despesas por natureza são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
<b>Classificação por natureza</b>				
Matérias-primas e serviços terceiros	(168.247)	(177.133)	(214.956)	(205.221)
Despesas com pessoal	(42.429)	(39.303)	(45.500)	(44.101)
Depreciação e amortização	(6.416)	(5.466)	(6.505)	(5.792)
	<u>(217.092)</u>	<u>(221.902)</u>	<u>(266.961)</u>	<u>(255.114)</u>
<b>Classificação por função</b>				
Custos dos produtos vendidos	(129.061)	(135.278)	(161.496)	(155.669)
Despesas com vendas	(67.810)	(63.965)	(83.029)	(76.031)
Despesas gerais e administrativas	(24.982)	(19.240)	(29.268)	(25.835)
Outras (despesas)/receitas - operacionais	6.426	2.313	6.831	2.421
Resultado da equivalência patrimonial	(1.665)	(5.732)	-	-
	<u>(217.092)</u>	<u>(221.902)</u>	<u>(266.961)</u>	<u>(255.114)</u>

## Informações por segmento

O pronunciamento técnico CPC 22/IFRS 08 - Informações por Segmento requer que os segmentos operacionais definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estejam disponíveis, sejam reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos e revisados de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos.

O principal tomador de decisões operacionais responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho da Companhia é representado pelo Diretor Presidente.

Em função da concentração de suas atividades no desenvolvimento e na comercialização de calçados, bolas, meias, confecções e acessórios em geral, à Companhia está organizada em uma única unidade geradora de caixa e, portanto, em somente um segmento passível de reporte. As políticas contábeis de cada segmento são as mesmas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia. Os produtos da Companhia estão representados por duas marcas (Penalty e Stadium), e embora sejam comercializados através de diferentes canais de distribuição (lojas próprias, franquias e lojas

## Cambuci S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

multimarcas) não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

Embora a Companhia possua uma estrutura de gestão matricial em que as receitas de vendas são analisadas pelo principal tomador de decisões em diversos níveis, pois os produtos produzidos e comercializados pela Companhia e suas controladas são divididos entre diversos produtos, tais como: calçados, artigos esportivos e vestuário em geral. Tendo em vista que todas as decisões tomadas em base de relatórios consolidados, que todos os serviços são prestados utilizando-se sistema de fabricação similar, e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

Como mencionado anteriormente, as operações são geridas de forma consolidada e inclui a seguinte segmentação geográfica:

(a) operações nacionais: desempenho da Companhia e de suas controladas no Brasil; e (b) operações internacionais: desempenho das controladas na Argentina, Chile, Paraguai e Espanha.

Em 31 de dezembro de 2012, a receita bruta de vendas por segmento geográfico está representada da seguinte forma:

- Operações nacionais: 80,7%.
- Operações internacionais: 19,3%.

As informações de vendas brutas no mercado interno e externo, por segmento geográfico, apresentadas no quadro abaixo, foram elaboradas a partir do país de origem da receita, tendo por base as vendas realizadas pelas suas controladas no Brasil e por meio das subsidiárias no exterior.

Vendas brutas – mercado interno e externo

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Brasil	261.176	302.219
Argentina	35.317	5.798
Espanha	3.898	1.314
Outros	32.433	25.041
<b>Total</b>	<b>332.824</b>	<b>334.372</b>

As informações sobre os Ativos não circulantes, por segmento geográfico, apresentadas no quadro abaixo, foram elaboradas a partir das demonstrações financeiras de cada empresa, por país de origem, onde as empresas estão sediadas.

Ativos não circulantes – mercado interno e externo

## Cambuci S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	<b>Combinado</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Brasil	102.083	81.635
Argentina	545	1.340
Espanha	8.217	3.036
Outros	5.002	4.158
<b>Total</b>	<b>115.847</b>	<b>90.169</b>

As políticas contábeis do segmento são as mesmas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia possui uma carteira de clientes pulverizada, sem nenhuma concentração de receitas de vendas.

#### 31 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2012, não houve alterações significativas na cobertura de seguros da Cambuci e suas controladas.

#### 32 Eventos subsequentes

- **Comunicado ao Mercado**

##### **Aumento de capital com subscrição de novas ações**

Em reunião realizada em 07 de janeiro de 2013, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital social da Companhia mediante a emissão de novas ações.

O aumento de capital social será no montante de R\$ 4.140. Serão emitidas 2.000.0000 ações, sendo 666.667 ações ordinárias e 1.333.333 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O preço de emissão das novas ações é de R\$ 2,07 por ação e foi fixado com base na média ponderada por volume de negociação das cotações de fechamento das ações nos pregões da BM&FBOVESPA S.A. dos últimos 19 pregões realizados no período de 03 de dezembro de 2012 a 04 de janeiro de 2013. O critério de cotação da ação em bolsa de valores se mostra o mais adequado e justo para permitir a subscrição de ações por todos os acionistas. As novas ações terão os mesmos direitos, vantagens e características asseguradas às ações ordinárias e preferenciais atualmente existentes, nos termos previsto no Estatuto Social da Companhia. A íntegra do aviso aos acionistas está disponível no site da CVM sob o Código CVM : 2100 - Razão Social : CAMBUCI S.A. em Comunicado ao mercado.

\* \* \*